

## VI CONGRESSO INTERNO DO INSTITUTO PSICOLOGIA DA USP

### POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: O QUE DIZEM OS PROJETOS DE LEI SOBRE A DISLEXIA E O TDAH

*Felipe Oliveira*

**Contato com o Autor:** felipe.felipe77@gmail.com

**Orientadora:** Profa Dra Marilene Proença Rebello de Souza

**Nível do Trabalho:** Iniciação Científica

**Introdução:** O movimento da Psicologia Escolar iniciado nos anos de 1980 teve como objetivo refletir criticamente a respeito de suas fundamentações teóricas e atuações práticas. A partir dessas reflexões pode-se constatar que tais práticas, cuja fundamentação era essencialmente positivista, insistiam em explicações para o fenômeno do fracasso escolar que reincidiam repetitivamente no aluno. Disso surge a compreensão do fenômeno escolar como algo complexo e atravessado por múltiplas dimensões. As Políticas Públicas passam então a ter fundamental importância à medida que têm por objetivo determinar os rumos das práticas pedagógicas, o que é esperado de seus de seus agentes e, subjacente a isso, apresenta uma concepção de educação, de homem, e um projeto de sociedade. De existência questionada a partir da própria medicina, Dislexia e Transtorno de Déficit de Atenção e Aprendizagem (TDAH) representam uma patologização de aspectos próprios ao processo de alfabetização e ao desenvolvimento infantil, operando a partir de uma lógica medicalizante que representam o retorno de explicações organicistas para justificar o não aprender na escola. **Objetivos:** O presente estudo tem por objetivo realizar um levantamento de Projetos de Leis que tratem sobre dislexia e TDAH e analisar suas proposições e seus textos de justificativa na tentativa de identificar tendências nacionais a respeito do tema. **Método:** Foi realizado o levantamento de Projetos de Lei a partir dos sites das seguintes casas legislativas: Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e Câmara Municipal de São Paulo. Nas buscas foram utilizadas como palavras-chave: dislexia, TDAH, transtorno e déficit. A análise dos dados dessa pesquisa baseou-se no método de análise de prosa. **Resultados:** Ao todo foram encontrados 18 Projetos de Leis sobre o tema e tendo como origem as diversas casas legislativas. Do conjunto dos projetos, identificamos quatro tendências organizadas nas seguintes categorias: a) projetos que criam programas de diagnóstico e tratamento; b) Programas de apoio a pessoas diagnosticadas; c) Definição do conceito de dislexia e proposta de Dia Nacional de Atenção; d) Projeto de avaliação de portadores de transtorno de déficit de atenção. Do total de 18 projetos encontrados, 11 tratam sobre diagnóstico e tratamento (a); 4 tratam sobre apoio (b); 2 tratam sobre o conceito de dislexia (c); 1 trata sobre outras áreas (d). As proposições legislativas passaram a ser inseridas nas Casas Legislativas a partir de 2003. **Conclusões:** Além de ser um fenômeno recente, cabe destacar também que todos os projetos, sem exceção, tomam a existência desses distúrbios como fato concreto, ignorando assim todas as críticas e questionamentos realizados por estudos acadêmicos. Os projetos de lei em questão estão inserindo no campo da educação ações que deveriam, pela legislação atual, ser realizadas pelo Sistema Único de Saúde. Isso revela uma tendência nacional de avanço da medicalização

sobre o processo escolar, bem como o retorno às explicações organicistas e de ordem biológica que naturalizam fenômenos sociais e dessa forma impedem o desenvolvimento de uma educação democrática e formadora de cidadãos críticos.

**Palavras chave:** dislexia; distúrbios da aprendizagem; medicalização; políticas públicas.

**Agência Financiadora:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Trabalho apresentado no *Simpósio Internacional de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo*, São Paulo, SP, de 22 a 26 de outubro de 2012